

Piva e Calheiros apresentam relatórios sobre armas de fogo

Senadores elaboraram substitutivos diferentes, que serão analisados, respectivamente, pelas comissões de Relações Exteriores e de Justiça antes da votação da matéria pelo Plenário do Senado



Observados pelo senador Artur da Távola, Pedro Piva (E) e Renan Calheiros conversam no plenário do Senado depois da apresentação de seus relatórios

Os senadores Renan Calheiros e Pedro Piva apresentaram ontem substitutivos diferentes aos projetos que restringem o uso de armas de fogo, em tramitação no Senado. Ao analisar projeto de autoria do senador Gerson Camata, Calheiros, na condição de relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sugeriu a proibição de venda de armas (veja quadro

abaixo). Relator da matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Piva quer manter o direito de posse de arma dentro de casa e proibir seu porte na rua ou em veículos. Dois outros projetos que tratam do assunto, apresentados pelo senador José Roberto Arruda e pelo então senador Djalma Falcão, tramitam em conjunto com a proposta de Camata.

PÁGINA 2

O QUE DIZ CADA PROPOSTA

PEDRO PIVA

- O substitutivo mantém o direito de posse de arma dentro de casa, proibindo seu porte nas ruas ou em veículos
- As autorizações de porte de armas já concedidas serão anuladas
- Registro, posse e porte de arma para atiradores, caçadores, colecionadores e habitantes da zona rural serão regulados por normas especiais

RENAN CALHEIROS

- Proíbe venda de armas de fogo e munições em todo o país
- Suspende por um ano a concessão de autorizações para o funcionamento de empresas de segurança e transporte de valores
- Prevê a realização de um referendo sobre a matéria durante as eleições municipais deste ano

Comissão discutirá o desastre ecológico causado pela Petrobras

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura vai convidar o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, para prestar esclarecimentos sobre as causas e conseqüências do desastre ambiental decorrente do vazamento na Baía de Guanabara de mais de 1 milhão de litros de óleo dos dutos da Refinaria Duque de Caxias. Serão ouvidos também o presidente da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn, e outras autoridades.

PÁGINA 7

A decisão de promover a audiência pública sobre o desastre ambiental foi tomada ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pela senadora Emilia Fernandes

Greca defende medidas para moralizar bingos

Ministro depôs ontem na comissão mista encarregada de analisar medida provisória.

PÁGINA 8

Fundo contra pobreza pode entrar na reforma

Senadores defendem medida em jantar com deputados que analisam reforma tributária.

PÁGINA 3



Alcântara pede atenção ao problema carcerário



Alcântara quer discutir formas de melhorar o sistema

A discussão profunda e urgente da situação carcerária no Brasil, considerada hoje por organismos internacionais como a pior da América Latina, foi defendida pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Embora reconhecendo os esforços do presidente Fernando Henrique Cardoso para recuperar economicamente o país, ele disse que o avanço da criminalidade e as deficiências do sistema penitenciário exigem uma atenção imediata.

Alcântara explicou que não defende a privatização dos presídios, por entender que esta é uma questão que ainda não está madura, mas frisou que é importante discutir formas de melhorar os estabelecimentos prisionais, não só fisicamente, como também em sua gestão, delegando-se a organismos não-governamentais ou a outras entidades serviços penitenciários que impliquem na melhoria da situação carcerária.

O senador referiu-se a relatório da Anistia Internacional, que recomenda às autoridades brasileiras que melhorem o sistema carcerário e o tratamento dado aos presos, e insistiu que o país não pode ficar omissivo diante da situação. Disse considerar valiosa a experiência de profissionalização de internos praticada atualmente em alguns presídios, referindo-se às instituições que estão propiciando aos presos trabalhar em marcenaria, confeccionar bolas de futebol ou aperfeiçoar-se nos estudos.

Para combater a violência, Alcântara defendeu a ampliação de investimentos em segurança pública, mas observou que mais importante é tentar resolver esse problema em colaboração com outros organismos. A respeito da co-gestão em sistemas penitenciários, elogiou estudo do jurista Ricardo Machado, promotor de Justiça de Fortaleza e mestre em Direito Público da Universidade Federal do Ceará.

Parecer de Piva proíbe só o porte de armas

Relator da matéria na CRE, senador ressalta que, apesar das posições divergentes, o debate com Renan Calheiros, designado para examinar o assunto na CCJ, foi marcado pelo "cavalheirismo"

Ao apresentar ontem, em plenário, seu parecer sobre os projetos que proíbem a fabricação, a venda e o porte de armas de fogo, o senador Pedro Piva (PSDB-SP) fez um apelo ao presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador José Sarney (PMDB-AP), para que coloque a matéria em votação na próxima semana, possibilitando sua aprovação ainda durante a convocação extraordinária.

Piva ressaltou o cavalheirismo que marcou seus debates com o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). "Apesar de nossas posições divergentes, temos o mesmo objetivo: diminuir os índices de violência no país. Por isso, faço ao presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), o mesmo apelo para votação na próxima semana."

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que presidia a sessão, disse que encaminhará os relatórios e substitutivos de Piva e Calheiros às respectivas comissões.

De acordo com o substitutivo de Piva, ficam proibidas as autorizações de porte de arma de fogo em todo o país, sendo anuladas as autorizações já concedidas. Os registros de armas de fogo já concedidos continuam válidos, pois o substitutivo mantém o direito de posse de arma dentro de casa, proibindo seu porte nas ruas ou em veículos.

— Só é admitido o porte de arma de fogo a quem a lei reconhece esse direito como inerente à função ou atividade



Piva: fechamento de fábricas poderia resultar em mais violência

que exerce. Nessa autorização, estão incluídos os servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) que exercem poder de polícia em áreas florestais e de preservação.

O substitutivo estabelece que o registro, posse e porte de arma de fogo por atiradores, caçadores, colecionadores e habitantes de áreas rurais serão regulados por normas especiais.

Piva mantém, em sua proposta, a permissão à exportação de armas de fogo, mas considera fundamental dar ao Executivo a competência de impedi-la, se considerar necessário, para países que fazem fronteira com o Brasil, com o ob-

jetivo de evitar o retorno dessas armas por meio de contrabando.

O senador disse estar convencido de que a proibição da venda e da posse de armas de fogo e o fechamento de fábricas poderia resultar em aumento da insegurança e da violência.

— Como o Estado não está organizado para prender pessoas que portam armas ilegalmente, ele enganará a sociedade, dando-lhe esperança de uma vida segura. Se não consegue impedir o porte ilegal, como conseguirá impedir a venda e a posse? — pergunta.

Ao concluir seu relatório, Piva argumenta que a decisão de manter fábricas com autorização para vender armas de fogo somente para as Forças Armadas, polícias e exportação terminará por fechá-las, com danosos reflexos socioeconômicos, em especial o aumento do desemprego.

Calheiros quer impedir venda e consultar a população

Proibição da venda de armas de fogo e munições em todo o país; suspensão, por um ano, de novas autorizações para o funcionamento de empresas de segurança e transporte de valores; e realização de um referendo sobre a matéria nas eleições municipais de outubro. Estes são os principais pontos do relatório sobre o projeto de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES), entregue ontem à Mesa do Senado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

Ao projeto de Camata foram pensados os projetos tratando do mesmo assunto de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) e do ex-senador Djalma Falcão. O senador explicou que o relatório entregue à Mesa será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para votação em data ainda não definida.

Na forma de substitutivo, Calheiros propõe a proibição da venda de armas e munições — mas não a fabricação, como estabelecia o projeto de Camata. O relator abre, no entanto, algumas exceções, permitindo que o material seja adquiri-



Calheiros: proibição reduzirá os crimes por motivos banais

do por moradores de áreas rurais e clubes de tiro e caça, desde que dali não seja retirado. Estão livres da proibição as Forças Armadas, os órgãos de segurança pública, as guardas municipais, o órgão de inteligência federal, as empresas de segurança privada e transporte de valores, os guardas florestais, os agentes de trânsito e os agentes de órgãos oficiais encarregados da fiscalização ambiental.

De acordo com o substitutivo, as armas de fogo de propriedade de particulares e a respectiva munição deverão ser recolhidas às unidades das Forças Armadas, da Polícia Federal ou da polícia civil, no prazo de 360 dias, contados da vigência da lei. Os proprietários de armas regulares serão indenizados. Já os cidadãos que voluntariamente entregarem armas irregulares estarão livres das punições previstas na legislação.

Calheiros acredita que a proibição do porte e da posse de armas fará reduzir sensivelmente os crimes por motivos banais — como por exemplo, os que ocorrem somente porque um cidadão comum está armado numa festa ou no

trânsito. Mas ele lembrou que, para se efetivar, a lei necessita da ação firme e freqüente do Estado no combate ao crime e ao porte ilegal de armas.

— Estamos excessivamente indulgentes com essa epidemia de violência. A letargia com a segurança pública está provocando uma erosão no conceito de Estado — disse Calheiros.

Entre as novidades propostas pelo relator estão a moratória de um ano para novas autorizações destinadas ao funcionamento de empresas de segurança e revisão das permissões concedidas. O objetivo é impedir que empresas revendam armamento e munição para pessoas e organizações não autorizadas.

Outra novidade é a realização de consulta popular com o objetivo de referendar ou não a entrada em vigor da nova lei. Calheiros propõe que o referendo se dê junto com as eleições municipais deste ano para maior economia de custos.

Outro aspecto importante, na visão do senador, é o estabelecimento da pena de reclusão — de um a dois anos, mais a multa — para quem utilizar, fabricar, vender, comercializar e importar arma de brinquedo, que, sendo boa imitação, possa ser utilizada para cometer crimes.

Renan Calheiros explicou que abriu no substitutivo apenas as exceções que

não descaracterizariam a essência do projeto de Camata, mantendo a proibição da venda de armas e munições para quase todos os setores da sociedade.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 28 DE JANEIRO DE 2000

PLENÁRIO
Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa
PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA
PLENÁRIO
Segunda-feira 14h30 — Sessão não deliberativa
Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão, em 2º turno, da *Proposta de Emenda Constitucional nº 15-A/98, que limita os gastos com os legislativos municipais; e *Projeto de Lei da Câmara nº 57/99, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional.
Quarta-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em 2º turno, da *Proposta de Emenda Constitucional nº 15-A/98, que limita os gastos com os legislativos municipais; e *Projeto de Resolução nº 1/2000, que autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República da Zâmbia, no montante de US\$ 20,3 milhões.
Quinta-feira 10h — Agenda em aberto
Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalma Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senadores querem incluir fundo contra pobreza na reforma tributária

Parlamentares pediram, em jantar promovido pelo senador Ney Suassuna, que os deputados procurem contemplar medidas contra a miséria dentro da mudança fiscal do país

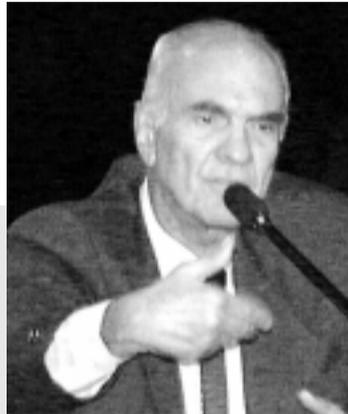
A proposta de reforma tributária que está tramitando no Congresso Nacional deve prever a criação de um fundo de combate à pobreza. Essa posição foi manifestada por senadores que estiveram presentes ao jantar promovido na quarta-feira pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), com os deputados da comissão especial que estuda mudanças no sistema tributário brasileiro (*veja matéria nesta página*).

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) pediu aos deputados que tenham “o gesto de coragem” de propor a criação do Fundo de Combate à Pobreza, que tramita hoje sob a forma de proposta de emenda à Constituição no Senado. “Se isso não vier de lá, o Senado bota aqui”, avisou.

Para que isso aconteça, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) anunciou que vai procurar o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator das PECs que prevêem a criação do Fundo de Combate à Pobreza, para tentar harmonizar as propostas do Senado e da



Simon espera que os deputados tenham “o gesto de coragem” de propor criação do fundo



Saturnino: melhor pensar em uma adequação agora para não haver choques no futuro

Câmara. “Devemos acomodar o fundo na reforma. Por que não pensar em uma adequação agora para não haver choques no futuro?”, perguntou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Além de propostas, os convidados ao jantar – deputados Germano Rigotto (PMDB-RS), presidente da comissão especial; Antônio Kandir (PSDB-SP), primeiro vice-presidente; Antônio Pa-

loci (PT-SP), segundo vice-presidente; Mussa Demes (PFL-PI), relator; e Eduardo Paes (PTB-RJ) – também ouviram elogios dos senadores presentes.

“É um trabalho de ourives, metucioso”, afirmou Agnelo Alves (PMDB-RN) sobre o relatório que vem sendo elaborado por Mussa Demes. Para Suplicy, um grande esforço já foi feito. “O Senado vai ter a vantagem de rece-

ber uma proposta que foi mastigada. Temos que respeitar o trabalho da comissão especial”, disse Saturnino.

Os senadores pediram a inclusão de outros mecanismos que garantam que o país tenha política tributária que reduza as desigualdades sociais. Na opinião de Agnelo Alves, a empresa deve ter o seu papel social ampliado na reforma tributária. “A tributação deve tirar mais de quem pode para diminuir a concentração de renda”, declarou. Para ele, os estados mais pobres devem ser protegidos para que se equilibre a distribuição de riquezas no país.

Nesse sentido, Agnelo defende a taxação de grandes fortunas como fonte de recursos para áreas como saúde e educação. Saturnino tem idéia semelhante por entender que a reforma ganha uma dimensão social com a inclusão de um imposto desse tipo. Suplicy se disse satisfeito com o fato de a comissão ter incluído a garantia de renda mínima como princípio constitucional.



Souto lembrou que falta de clima amistoso prejudica, em última instância, a própria Federação

Souto pede entendimento para concluir mudança fiscal

Preocupado com o fato de o estado de São Paulo estar recorrendo à retaliação contra empresas de outros estados, o senador Paulo Souto (PFL-BA) defendeu a criação de um clima amistoso para que se concluam os entendimentos em torno da reforma tributária. Ele disse esperar que o Senado não tenha que recorrer às suas prerrogativas, como fixar as alíquotas estaduais dos tributos, por exemplo, “em virtude da continuidade de um clima que não interessa à construção de um sistema tributário importante para o desenvolvimento do país”.

O senador afirmou que o sistema tributário discutido na Câmara tem sido um elo importante para soldar os diversos interesses dos estados que compõem a Federação. A falta de um clima amistoso para debater a matéria prejudica, em última instância, a própria Federação, observou.

Para Souto, não há razão para a reação de São Paulo, mesmo porque as principais questões da reforma tributária, envolvendo interesses entre os estados, já foram praticamente acertadas. Para ele, é justo que qualquer unidade federativa lute por seu desenvolvimento. Até agora, por falta de mecanismos federais eficazes para corrigir desequilíbrios regionais, acrescentou, os estados não tiveram alternativa a não ser promover programas de atração de investimentos:

— A competição entre os estados foi salutar, pois, sem ela, muitos empreendimentos não teriam sido implantados no país — opinou.

Em aparte, José Alencar (PMDB-MG) disse que a importância dos incentivos fiscais é reconhecida pelos países desenvolvidos. Citou como exemplo a unificação das Alemanhas. Para Alencar, assim como a Alemanha Ocidental, também não interessa a São Paulo que haja concentração espacial da riqueza.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu que o governo federal utilize mecanismos fiscais para assegurar a ocupação do território e a interiorização do desenvolvimento.

Projeto chega ao Senado até junho

Mesmo ciente das dificuldades encontradas pela comissão da reforma tributária, o presidente da CAE, senador Ney Suassuna, acredita que até o meio do ano a proposta chegue ao Senado. Ele informou que os deputados da comissão esperam concluir a votação do relatório do deputado Mussa Demes (PFL-PI) até o fim da convocação extraordinária, no próximo dia 14.

Presente à reunião na casa de Suassuna, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) relatou que os deputados estão otimistas com o avanço das negociações

da comissão formada por deputados e representantes do governo federal e das secretarias de Fazenda estaduais.

“O Senado, por representar os estados, tem condições de dar importantes contribuições à reforma tributária”, afirmou o presidente da CAE, que citou, entre os pontos pendentes, a definição da cobrança do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) identifica controvérsia acerca da forma com que o Imposto sobre Movimentações Financeiras (IMF) deve constar da Constituição após uma reforma.

Roberto Saturnino (PSB-RJ) ponderou que uma reforma desse tipo envolve riscos muito altos. “Ela muda todo o sistema, incluindo o processo de fiscalização, que deve ser totalmente reformulado”, declarou. Pelo fato de a arrecadação de impostos ter atingido níveis recordes em 1999, Saturnino diz entender a posição cautelosa do governo em relação a modificações no sistema tributário. “Eles não estão seguros”, disse, levando em consideração que, no momento, o país passa por uma situação fiscal muito delicada, por causa do pagamento de juros.



Suassuna acredita que, apesar da difícil tramitação na Câmara, proposta estará na Casa até junho

Jantares estão cada vez mais concorridos

Os jantares promovidos pelo presidente da CAE, senador Ney Suassuna, já acontecem há quatro anos, mas, como o próprio anfitrião reconhece, ficaram mais concorridos depois que o ministro Pedro Malan e o presidente Fernando Henrique Cardoso participaram dos eventos.

As reuniões, apesar de informais, também seguem o seu “regimento interno”. Suassuna geralmente concede a palavra ao convidado por 30 ou 40 minutos, mas não deixa que o excesso de formalidade torne os encontros enfadonhos. “O objetivo é promover um debate franco, sem rapapé”, define o anfitrião.

É assim que os jantares vêm ganhando adeptos, até na oposição, tanto que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) vem sendo um dos parlamentares mais assí-

duos nas reuniões, quando aproveita a presença de membros do governo para pregar a idéia da garantia de renda mínima a todos os brasileiros. Para Suplicy, o ambiente mais informal não descarta o respeito mútuo, como nas reuniões do Senado. “O resultado é positivo”, aprova o senador do PT.

A reforma tributária é um dos temas em pauta nos jantares de Suassuna. “Se depender de nós, a reforma será aprovada rapidamente. E, para isso, já estamos discutindo”, afirmou depois da reunião com os deputados da comissão especial da Câmara que estuda o assunto.

Antes disso, o secretário da Receita Federal, Everar-

do Maciel, e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, já haviam conversado com os senadores da CAE e, para as próximas reuniões, Suassuna anuncia a presença do ministro da Casa Civil, Pedro Parente. Na semana que vem, o convidado é o ministro do

Desenvolvimento, Alcides Tápias.

Entre os pratos servidos, Suassuna faz questão de repetir a carne-de-sol com feijão verde, macaxeira e paçoca, comida típica da Paraíba. Mas, para os que têm reservas a esse cardápio, o senador, como precaução, oferece uma outra opção, que pode ser uma massa, frango ou rosbife.



Senador Suplicy (E) é assíduo nos jantares, que já contaram com as presenças de Fernando Henrique, Pedro Malan, Armínio Fraga e Everardo Maciel



FHC



Pedro Malan



Armínio Fraga



Everardo Maciel

Senado votou 11 matérias nesta semana

Uma das propostas aprovadas permite a extradição de seqüestradores. No Congresso Nacional, os parlamentares aprovaram medida provisória que possibilita combater a evasão fiscal, especialmente nas operações financeiras

O Plenário do Senado votou 11 matérias nesta semana, aprovando, entre elas, decreto legislativo que contém o texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns. Essa convenção inclui nos tratados internacionais de extradição os condenados por crime de seqüestro e assegura a tipificação desse delito nas legislações penais dos países signatários.

Outro decreto legislativo votado é o que aprova o Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, acordado entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e que pretende harmonizar as normas penais e processuais visando à segurança jurídica em crimes transnacionais. Após a ratificação pelos quatro países, o protocolo passará a integrar o Tratado de Assunção, que criou o Mercosul.

O Senado também autorizou a União a contratar empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 11 milhões. Os recursos destinam-se à implantação da fase inicial do Pro-

grama de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal.

COMISSÕES

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou emenda constitucional que disciplina o pagamento de precatórios judiciais. De acordo com o texto, os débitos provenientes de sentenças já transitadas em julgado, ou seja, para as quais não há mais recurso possível, poderão ter o pagamento parcelado em até dez anos.

O regime celetista para os novos servidores públicos também foi aprovado pela CCJ. Os servidores atuais, os cargos públicos de provimento em comissão e os que ocupam atividades exclusivas de Estado não serão atingidos pela medida.

A Comissão Mista de Orçamento aprovou recursos da ordem de R\$ 20 milhões para o Projeto Calha Norte, e R\$ 22,4 bilhões para os ministérios da Justiça e da Defesa. Foram criadas condições técnicas, dentro do Orçamento, para que o Ministério da Aeronáutica receba um empréstimo ex-

Matérias aprovadas pelo Senado

(de 24 a 27 de janeiro de 2000)

Projetos de decretos legislativos enviados à promulgação	6
Autorização para a contratação de empréstimo externo	1
Requerimentos	4
Total de matérias aprovadas	11

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

terno de RS 400 milhões para a modernização de equipamentos, e o Exército, outros R\$ 180 milhões.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer favorável ao relatório encaminhado pelo Banco Central sobre a troca de títulos da dívida externa do tipo *Brady* por títulos do tipo *Global*, ocorrida em 25 de outubro do ano passado. Conforme o relatório, a operação permitiu uma economia de US\$ 208 milhões, além de uma redução de US\$ 863,5 milhões no estoque da dívida externa brasileira.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou a

indicação de três diplomatas para chefiarem embaixadas do Brasil no continente africano. As indicações ainda dependem de votação em plenário para serem confirmadas. Joaquim Luís Cardoso Palmeiro foi indicado para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Líbia. Isnard Penha Brasil Júnior foi indicado para a Argélia. O embaixador do Brasil no Senegal, Ricardo Carvalho do Nascimento, foi indicado para exercer, cumulativamente, o cargo de embaixador junto à Mauritânia e Gâmbia.

CONGRESSO

O Congresso Nacional aprovou a

medida provisória que combate a evasão fiscal, especialmente nas operações financeiras que não eram alcançadas pelo Imposto de Renda (IR). A MP atinge, inclusive, os investidores estrangeiros, que, a partir de 1º de janeiro deste ano, passaram a pagar 15% de IR sobre os rendimentos auferidos no país.

A medida provisória que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) também foi aprovada pelo Congresso Nacional após longa discussão entre parlamentares do Rio de Janeiro e do Distrito Federal sobre o local de instalação da sede da nova autarquia. Decidiu-se que a sede ficará em Brasília e o escritório central de operações, no Rio.

Ainda no Congresso, foi aprovada a MP que instituiu a Taxa de Serviços Administrativos em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e a Taxa de Fiscalização Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Pedro Simon homenageia Barbosa Lima Sobrinho por seu 103º aniversário

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez ontem uma homenagem aos 103 anos do jornalista Barbosa Lima Sobrinho, lembrando sua existência dedicada aos ideais de patriotismo e de defesa do nacionalismo econômico.

Simon leu, em plenário, a carta que Barbosa Lima Sobrinho enviou para ser lida na sessão da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que o homenageou, no dia 22 passado. Ele não compareceu por estar adoentado. "Tenho esperança de que você, brasileiro do Terceiro Milênio, conhecerá um Brasil mais justo, mais fraterno e menos vulnerável à exploração de suas riquezas", escreveu o jornalista.

Simon enfatizou o sentimento de nacionalidade que Barbosa Lima Sobrinho defendeu em seus 52 livros e 4.000 artigos de jornal. "Não serão as noites de angústia que passamos

ao ver a política dominante tentar destruir nosso patrimônio e nos colocar a reboque das grandes potências que conseguirão tirar nossa energia para continuar a luta. Vamos continuar. A estrela continuará a brilhar", escreveu, na carta citada por Simon.

O senador pelo Rio Grande do Sul também pediu a transcrição nos Anais de seu discurso na sessão da ABI. "A luta entre um ponto de vista brasileiro, nacional contra um outro, internacionalista e liberal, se mantém até nossos dias. A recente privatização das empresas públicas brasileiras continua a ser discutida. Há quem ache que a privatização foi um fracasso, porque os serviços públicos decaíram. Esses debates mostram a atualidade do pensamento de Barbosa Lima Sobrinho, depois de 103 anos de existência", concluiu Simon.



Simon destacou a atualidade do pensamento de Barbosa Lima Sobrinho



O Plenário também aprovou acordo de assistência jurídica com os países do Mercosul

Plenário autoriza empréstimo para o desenvolvimento do turismo na Amazônia

O Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal deverá em breve ter acesso ao empréstimo de US\$ 11 milhões (aproximadamente R\$ 19,7 milhões) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a fase inicial de sua implantação. A operação de crédito foi autorizada ontem em projeto de resolução aprovado pelo Plenário do Senado. O projeto segue agora para promulgação.

A Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente, é a responsável pela execução do programa. Segundo o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), a primeira etapa será de pré-investimentos. Na segunda fase, explicou ele, haverá um novo crédito, de US\$ 200 milhões, para o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia.

— Esse é um filão que a Amazônia,

a maior grife internacional do país, não tem sabido explorar — afirmou, ao defender a aprovação do projeto.

Marina Silva (PT-AC) salientou que o crédito possibilita à Amazônia desenvolver atividades econômicas rentáveis, sem pressionar os recursos naturais se exercidas com os devidos cuidados, e ainda permite aos habitantes da região um meio de sobrevivência com maior dignidade social.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) enalteceu o projeto e elogiou o relator, mas pediu que os recursos sejam distribuídos em todos os estados da região. Lembrou que Roraima não recebeu "um centavo sequer" do financiamento internacional para prevenção de queimadas, mesmo depois de ter sido palco de incêndios que tiveram repercussão internacional.

Geraldo Lessa (PSDB-AL) destacou que o ecoturismo, além de levar desenvolvimento à região, incentivará

a fiscalização do meio ambiente, ao levar a atividade econômica às áreas de interesse ambiental. O líder da bancada do PPS, Paulo Hartung (ES), ao destacar o apoio integral de seu partido à matéria, saudou o primeiro pronunciamento em plenário do representante de Alagoas, que substituiu temporariamente Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).

Alberto Silva (PMDB-PI) destacou também o incentivo à fiscalização promovido acessoriamente pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo. O senador conclamou as bancadas do Piauí e do Maranhão a formularem proposta semelhante para o desenvolvimento do turismo no delta do rio Parnaíba, que fica na fronteira entre os dois estados. Resaltou que o encontro do rio com o mar, que forma 78 ilhas, é um dos três únicos deltas pluviais em mar aberto do mundo, ao lado dos rios Mekong, no Vietnã, e Nilo, no Egito.

Jader pede que FHC implante programas de defesa da Amazônia

Ao manifestar sua preocupação com a segurança pública no Brasil, e mais particularmente com o crescimento do narcotráfico na região amazônica, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) comunicou ao Plenário do Senado ontem de manhã que encaminhou carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo a implantação dos projetos Pró-Amazônia e Promotec, que têm como objetivo o reaparelhamento e modernização da Polícia Federal.

O líder do PMDB informou que o Pró-Amazônia e o Promotec são complementares à implantação dos projetos Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia) e Sipam (Sistema de Proteção da Amazônia) e registrou que já foi firmado um contrato comercial entre o Brasil e a França para a execução dos projetos e negociados com bancos franceses e alemães os financiamentos necessários. Jader Barbalho acrescentou que



Jader: trabalho da CPI do Narcotráfico expôs a realidade de insegurança da Amazônia

órgãos do Ministério da Fazenda tratassem as negociações e que o Tribunal de Contas da União realizou auditoria prévia nos projetos durante 14 meses e considerou-os, por unanimidade, dentro dos padrões legais:

– Entretanto, às vésperas do encaminhamento da solicitação de autorização de financiamento junto ao Senado, recebi informação de que os projetos precisariam de aprovação da Comissão de Controle Fiscal, pois contavam com reduzidíssima dotação orçamentária.

Considerando que a exigência é uma dificuldade de natureza burocrática que

Orçamento só prevê R\$ 1,6 milhão

A proposta de Orçamento para este ano, em votação pelo Congresso, prevê que a Polícia Federal receberá apenas R\$ 1,6 milhão para o Pró-Amazônia, sem qualquer menção ao Promotec. Trata-se de um valor praticamente simbólico, levando-se em consideração que o projeto exigiria para este ano cerca de R\$ 75 milhões, conforme o senador Jader Barbalho (PMDB-PA).

No entanto, nada impede que o Executivo envie ao Congresso um pedido de crédito suplementar para o Pró-Amazônia, conforme consultores da Comissão Mista de Orçamento. Basta o governo contar com o dinheiro dos financiamentos franceses e alemães para solicitar ao Congresso aumento nas dotações do projeto de reaparelhamento e modernização da Polícia Federal. O governo recorre fre-

ntemente a esta prática e, no Orçamento deste ano, chegou a prever recursos de R\$ 100 mil para um projeto de reaparelhamento e modernização da Aeronáutica que receberá financiamento estrangeiro de R\$ 400 milhões.

De acordo com os mesmos consultores, projetos que recebem financiamento externo só podem constar com dotações integrais no Orçamento caso o Senado tenha aprovado o pedido de empréstimo até meados do ano anterior. Não se pode alocar recursos no Orçamento quando não existem garantias de sua arrecadação (ou entrada no país, no caso dos financiamentos externos). O pedido de financiamento externo para o Pró-Amazônia ainda não foi enviado pelo governo ao Senado.

este ano US\$ 70 milhões, e para toda a implantação dos projetos, que deverá ser feita em quatro anos, um total de US\$ 425 milhões, dinheiro que compõe o financiamento a ser recebido dos bancos franceses e alemães.

– Se estes projetos não forem implantados, se o Brasil perder oportunidade de obter estes financiamentos, vamos ter o projeto Sivam levantando apenas os dados sobre a região Norte, sem que o governo possa efetivamente materializar qualquer ação para proteção de nossas fronteiras ou combate ao narcotráfico – opinou Jader Barbalho.

não deveria estar atrasando a implantação dos projetos, Jader Barbalho citou dois fatores que se impõem como agravantes e reforçam a necessidade da implantação imediata do Pró-Amazônia e Promotec. Um deles diz respeito aos investimentos que os Estados Unidos estão fazendo na Colômbia para o combate ao narcotráfico. O senador teme que boa parte dos narcotraficantes venham para o Brasil, caso a Polícia Federal permaneça sem ter como combatê-los.

O outro fator citado por Jader Barbalho foi que o trabalho da CPI do Narcotráfico expôs ao Brasil a realidade da insegurança na região Norte e a necessidade do reaparelhamento da Polícia Federal, que, segundo ele, tem enfrentado uma luta desigual contra o poder do crime organizado, em especial o narcotráfico. O senador pelo Pará destacou que serão necessários para

Suplicy cobra medidas do governo contra desemprego

Para senador, um ano após a desvalorização do real, ainda não existe política capaz de assegurar ocupação para maioria dos brasileiros

Um ano depois da mudança na política cambial – com a desvalorização do real – o governo ainda deve ao país “ataque suficiente” ao desemprego, na opinião do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Em discurso pronunciado ontem, Suplicy apresentou dados sobre a evolução do desemprego em 1999, observando que o acréscimo de 45 mil novos postos de trabalho na região metropolitana de São Paulo foi insuficiente para absorver as 175 mil pessoas que ingressaram no mercado de trabalho, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desenvolvida pela Fundação Seade em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

Para o senador, o que ocorre em São Paulo aproxima-se bastante da realidade do resto do país. Em dezembro, mês que normalmente é o de maior atividade econômica, o total de desempregados na região pesquisada atingiu 1,7 milhão. A taxa anual de desemprego manteve a trajetória de crescimento desde 1994, passando de 18,2%, em 1998, para 19,3%, em 1999.

Segundo os dados do Dieese, a taxa de desemprego ampliou-se em todas as parcelas da população. No caso das mulheres, o desemprego chegou a 21,7%, no seu quarto ano consecutivo de aumento. Entre os homens, a taxa chegou a 17,3%. Quanto à faixa etária, o desemprego cresceu mais na faixa



Suplicy: taxa de desemprego ampliou-se em todas as parcelas da população

dos 18 anos ou mais.

Suplicy mencionou o ceticismo do ministro da Fazenda, Pedro Malan, com relação aos dados colhidos pelo Dieese. Para Malan, a pesquisa adequada à situação do Brasil é a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contudo, alerta Suplicy, mesmo os dados do IBGE mostram a gravidade do quadro. A taxa de desemprego médio para seis regiões metropolitanas foi de 7,6% em 1999, segundo o instituto.

Outro aspecto grave, conforme Suplicy, é o que se refere ao aumento do emprego informal. Em 1995, 48,4% dos trabalhadores empregados possuíam carteira assinada. Em 1999, esse nú-

mero havia caído para 44,5%:

– Diante da gravidade desse quadro, nós da oposição estamos dizendo da premência de o presidente Fernando Henrique Cardoso e sua equipe ouvirem com maior humildade nossas propostas para compatibilizar a estabilidade de preços com o crescimento mais acelerado da economia e o aumento das oportunidades de emprego – disse Suplicy.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) referiu-se a outra face do desemprego – a substituição de trabalhadores brasileiros por estrangeiros nas empresas estatais privatizadas ou nas empresas privadas vendidas ao capital internacional. A transferência ao Brasil de diretores e empregados de nível médio já chega à casa das dezenas de milhares, de acordo com Saturnino, que é favorável a algum tipo de restrição a esse fluxo.

Em resposta, Suplicy considerou grave esse problema e acredita que uma boa solução seria o estabelecimento de tratado entre o Brasil e os demais países, a fim de que os trabalhadores estrangeiros ingressassem no Brasil mediante tratamento igual concedido aos brasileiros no exterior.

Também em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) chamou a atenção para o “lado sentimental” que normalmente está por trás das estatísticas: o pai de família que passa o dia inteiro procurando emprego e retorna sem resultados ao lar.

Nova votação de sub-relatório sobre juros no Orçamento será na terça-feira

O presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), anulou ontem a votação, feita na véspera, do sub-relatório “Fazenda e Desenvolvimento”, que trata de juros e dívida pública. Mestrinho atendeu a uma solicitação do deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG), que questionou a aprovação do sub-relatório no mesmo horário em que havia reunião do Congresso Nacional, o que é vedado pelas normas que regem a tramitação do projeto orçamentário. Nova votação foi marcada para terça-feira.

Ao justificar seu pedido de anulação, o deputado Sérgio Miranda explicou que a comissão não pode passar por cima do Regimento e, caso a votação fosse mantida, estaria sendo criado precedente. Como resultado da anulação, o senador Gilberto Mestrinho abriu novo prazo para apresentação de destaques de



Gilberto Mestrinho acolheu solicitação para não criar o precedente de uma votação realizada simultaneamente a uma reunião do Congresso Nacional

votação do sub-relatório “Fazenda e Desenvolvimento”, o que pode ser feito até o meio-dia de hoje.

O documento do deputado Freire Júnior (PMDB-TO) prevê que o governo pagará neste ano R\$ 78,1 bilhões de juros de suas dívidas, cujo estoque chegará ao final de dezembro em R\$

553,7 bilhões. O gasto líquido do Tesouro Nacional com estes encargos, no entanto, será de R\$ 25,8 bilhões, porque o governo tem juros a receber de empréstimos que concedeu, de refinanciamento de dívidas estaduais e do estoque da dívida pública parada no Banco Central.

Maldaner propõe uso do FGTS em caso de calamidade

Projeto prevê liberação do Fundo de Garantia para o trabalhador cuja moradia necessitar de reparos em consequência de catástrofes naturais

Projeto de lei apresentado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) permite a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o trabalhador cuja moradia necessitar de reparos decorrentes de catástrofes naturais. A proposição foi apresentada ontem ao Plenário pelo parlamentar.

O projeto modifica o artigo 20 da Lei 8.036/90, que trata da utilização do FGTS. Para o senador, não se pode aceitar que não seja permitida a utilização dos recursos na recuperação da moradia do mesmo trabalhador que o fundo busca garantir.

— Hoje, o FGTS pode ser sacado em situações vinculadas ao desemprego involuntário, aposentadoria,

morte, ter o trabalhador contraído o vírus da Aids e até para a compra ou quitação de uma casa, mas não é liberado para a recuperação dessa mesma casa, destelhada por um forte vendaval ou totalmente destruída por uma inundação — afirmou o parlamentar.

Para o senador por Santa Catarina, o projeto vem complementar proposições que apresentou anteriormente, instituindo o Fundo contra Calamidades Públicas e o Fundo Nacional de Defesa Civil. Segundo ele, essas inovações permitirão que o país efetue as obras de contenção de cheias, proteção de encostas e o desassoreamento de rios e riachos.



Maldaner já havia apresentado outros dois projetos relacionados a situações de calamidade pública

Mauro Miranda comemora aprovação de emenda que assegura direito à moradia

A aprovação pela Câmara dos Deputados da proposta de emenda constitucional (PEC) que garante a todos os brasileiros o direito à moradia foi comemorada ontem pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Ele é o autor da PEC, já aprovada pelo Senado. Nas duas Casas a matéria obteve aprovação por unanimidade.

— Ressalto a sensibilidade social, a influência do instinto maternal, o sentido de família que orientaram e presidiram a ação das ilustres deputadas que compuseram na Câmara a comissão especial que analisou e aprovou a proposta — disse o senador.

A emenda da moradia, disse Mauro Miranda, é “emblemática” não apenas no seu sentido social. Ela demonstra que o



Mauro Miranda: “Um passo importante, que vai viabilizar os passos seguintes”

Congresso pode unir-se além das diferenças partidárias quando a causa é importante. Ele convidou todos os senadores a participar da solenidade de promulgação, para que tenha significado histórico, em benefício dos mais de 12 milhões de brasileiros que não têm casa ou vivem em moradias inadequadas.

— O Brasil não pode mais contemporizar com esse drama que estigmatiza a nossa paisagem social. A emenda da moradia é um passo importante, que vai fortalecer e viabilizar os passos seguintes — disse.

Mauro ressaltou que, para a eficácia da emenda, serão necessárias não só medidas governamentais, mas também a pressão e a ação organizada da sociedade

na busca de recursos, políticas e programas destinados a sanar o déficit habitacional. Ele lembrou, emocionado, um mutirão do qual participou, coordenado pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO) quando ainda era governador de Goiás. Naquela ocasião, mil casas foram construídas num único dia.

Em aparte, Iris Rezende elogiou a iniciativa de Mauro de apresentar a PEC e citou outro mutirão, em que foram construídas 3.300 casas em apenas um dia em 48 cidades de Goiás.

— Às vezes, o mal do mundo político é a insensibilidade. A aprovação desta emenda traz a certeza de que o Estado se verá obrigado a dar uma casa a cada família — previu Iris.

Também em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a aprovação da emenda e considerou muito importantes as experiências de mobilização popular destinadas a construir casas com gasto mínimo de recursos.

A entrada em vigor no Brasil do direito à moradia não significará também que mandados de injunção começarão a chegar ao Supremo Tribunal Federal para obrigar o governo a cumprir esse mandamento constitucional. Mas significará que o brasileiro sem moradia terá mais um argumento legal para pleitear seus direitos. E, assim como um prefeito é obrigado a providenciar vaga escolar quando um pai de aluno alega que não está conseguindo matricular o filho, o poder público vai se sentir mais obrigado a fazer programas habitacionais que contemplem os que não têm onde morar.

Enfoque dos programas habitacionais deve mudar

A inclusão da moradia entre os direitos sociais assegurados ao brasileiro pela Constituição não significa que todo sem-teto vai receber agora um lugar para morar. Mas, segundo avaliação de assessores jurídicos do Senado, a aprovação dessa emenda constitucional, de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e que será promulgada na próxima sessão do Congresso, muda completamente o enfoque hoje dado aos programas habitacionais.

Na opinião desses assessores, em vez de propiciar financiamento a quem tem renda para possuir até uma casa na praia, os programas do governo vão ter que contemplar prioritariamente aque-

les que de fato não têm onde morar. Assim como tem que priorizar a pobreza na elaboração de projetos sobre educação, saúde, previdência social e proteção à maternidade, o governo vai ter que pensar nos sem-teto quando autorizar financiamentos para habitação.

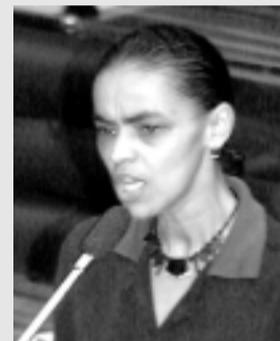
Considerado nos países desenvolvidos um instrumento de desenvolvimento econômico, o direito à moradia foi recomendado pela ONU na 2ª Conferência sobre Assentamentos Humanos, realizada em 1996, em Istambul (Turquia). Ali foi aprovada proposta de inclusão desse direito nos textos constitucionais dos países que ainda não o tivessem consagrado.

Marina repudia acusações a José Genoíno e recebe apoio de vários senadores

Falando em nome da liderança do Bloco Oposição, a senadora Marina Silva (PT-AC) manifestou indignação contra o deputado federal Jair Bolsonaro (PPB-RJ), que acusou seu colega na Câmara, José Genoíno (PT-SP), de ter sido “delator” quando atuou na guerrilha do Araguaia, durante o regime militar. Ela considerou as acusações “palavras odiosas e politicamente autoritárias”.

A senadora afirmou que Bolsonaro costuma lançar mão de ataques para apresentar suas posições políticas. Lembrou que recentemente o deputado fez manifestação defendendo o fuzilamento do presidente Fernando Henrique Cardoso. No ano passado, acrescentou Marina Silva, o alvo foi um padre alagoano, que teria sido torturado durante o regime militar.

— Alguns podem até contestar suas teses, mas todos respeitam o deputado Genoíno, que tem prestado serviços de alta relevância à democracia brasileira. Ele não precisa se explicar com relação às acusações levianas lançadas por Bolsonaro. Sua vida e o seu trabalho falam por si só. Sabemos e reconhecemos sua importante ação política



Em nome da liderança do Bloco Oposição, Marina considerou as acusações “odiosas”

— opinou Marina.

Vários parlamentares solicitaram apertes para manifestar solidariedade ao deputado petista. O primeiro deles foi o senador Paulo Hartung (PPS-ES), que, em nome do seu partido, expressou admiração pela trajetória pessoal e política do deputado, e por ele ter participação efetiva na reconstrução da democracia no país. Em nome do PSDB, o líder Sérgio Machado (CE) disse que o Congresso não pode se conformar com o comportamento de Bolsonaro, que, no seu entender, foge à regra básica de convivência política. Ele também repudiou o pronunciamento do deputado e defendeu a luta de Genoíno na Câmara, “sempre no terreno das idéias”.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que José Genoíno é patrimônio do país, uma referência nacional e um exemplo, enquanto Bolsonaro “quer aparecer no jornal, quer pegar manchete”. O senador Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou sua admiração pela coerência, objetividade e tranquilidade do deputado petista. Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Genoíno é um dos maiores parlamentares da história do Congresso brasileiro e por isso está sendo considerado como um dos possíveis candidatos do partido à Presidência da República.

Heloísa condena “agressões”

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) condenou na manhã de ontem, no plenário, as “agressões de um certo deputado ao deputado José Genoíno, parlamentar cuja atuação é motivo de orgulho para a Câmara e todo o Congresso Nacional”. O parlamentar a que se referia a senadora é o deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ), que acusou seu colega Genoíno de ter sido “delator”, no período em que participou da guerrilha do Araguaia, durante o governo militar.

Diante do caráter de “comunicação urgente de liderança”, modalidade de intervenção que não permite apertes, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a palavra, logo após a senadora Heloísa Helena, para reafirmar seu repúdio aos ataques de Bolsonaro, elogiar a figura pública



Heloísa Helena considera atuação de Genoíno “um orgulho para o Congresso”

do deputado José Genoíno (PT-SP) e apelar à Mesa do Senado para que também tomasse uma posição diante do episódio.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), na presidência dos trabalhos, disse que a Mesa se associava ao elogio público da figura e do trabalho desenvolvido pelo deputado José Genoíno. Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Paulo Hartung (PPS-ES), ainda que impossibilitados de fazer apertes

formais, também manifestaram sua solidariedade ao parlamentar petista, e mais tarde se manifestaram durante o pronunciamento da senadora Marina Silva.

Heloísa Helena destacou a contribuição do deputado José Genoíno ao trabalho da Câmara e do Congresso Nacional e recordou outra manifestação de Bolsonaro que mereceu repúdio. Segundo ela, quando se referiu à tortura de presos políticos Bolsonaro disse que “o problema é não matar depois”.

Marina: funcionários não podem ser "bodes expiatórios"

Autora, junto com o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), do requerimento de convocação de autoridades para discutir o desastre ecológico na Baía de Guanabara, a senadora Marina Silva (PT-AC) criticou o fato de a Petrobras não ter um sistema de defesa que evitasse ou pelo menos minimizasse os efeitos de um acidente desse tipo. Para Marina, a empresa não poderia ter demorado tanto tempo para se dar conta do acidente e levá-lo ao conhecimento público, assim como deveria ter equipamentos ou um plano de emergência para isolar a mancha de óleo,

evitando que ela se espalhasse.

Para a senadora, a culpa do acidente ecológico não pode recair apenas sobre dois funcionários da empresa que foram demitidos. Ela acredita que a responsabilidade é da diretoria e da política ambiental da empresa.

— Se alguém deve ser demitido, então que seja o gestor dessa política, a diretoria da empresa. O problema é de anos e décadas, tanto que a empresa opera sem a licença ambiental. Os funcionários estão servindo como bodes expiatórios — afirmou a senadora Marina Silva.

Cândido diz que acidente foi uma "tragédia anunciada"

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou ontem que o acidente ecológico na Baía de Guanabara foi uma "tragédia anunciada". Segundo ele, nos últimos anos, trabalhadores da refinaria vinham denunciando que o desastre ambiental poderia acontecer.

Cândido disse que o Sindicato dos Petroleiros

de Duque de Caxias enviou dossiê ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público Federal logo depois de um acidente no mesmo oleoduto, ocorrido em março de 1997, apontando as irregularidades que provocaram o desastre naquele ano. O documento, acrescentou, apontava erros de projeto e uso de material inadequado nas tubulações.

Os sindicalistas, lembrou, entraram em contato com parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio e da Câmara Municipal de Duque de Caxias e deram



Para Cândido, acidente não pode servir de pretexto para privatizar a Petrobras

entrevista coletiva, com a presença de jornais cariocas e paulistas. Geraldo Cândido informou que, para surpresa dos dirigentes sindicais, nenhuma linha sobre o assunto foi publicada.

— O acidente poderia ter sido evitado se as denúncias tivessem sido levadas a sério e apuradas pelos órgãos competentes. Mas elas foram engavetadas, o que propiciou a repetição do mais grave desastre ecológico dos últimos tempos. Essa tragédia ambiental resultou de erros, falhas e omissões, numa sequência marcada por imprevidência, incompetência e negligência — resumiu.

Geraldo Cândido observou, no entanto, que a sociedade não deve permitir que o desastre ecológico ocorrido no Rio manche a imagem da Petrobras a ponto de servir de pretexto para apressar a privatização da empresa.

CI vai debater vazamento de óleo na Baía de Guanabara

Presidente da Petrobras e ministros do Meio Ambiente e de Minas e Energia estão entre as autoridades que serão ouvidas pela comissão

Por unanimidade, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou requerimento dos senadores Geraldo Cândido (PT-RJ) e Marina Silva (PT-AC) convidando o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, para prestar esclarecimentos sobre as causas e conseqüências do desastre ambiental decorrente do vazamento de mais de 1 milhão de litros de óleo dos dutos da Refinaria Duque de Caxias, na Baía de Guanabara. Os senadores



Após muita discussão, o requerimento de convocação foi aprovado por unanimidade

também querem tomar conhecimento das providências que estão sendo tomadas pela empresa para minimizar os danos ao meio ambiente.

Reichstul será ouvido na próxima quarta-feira, juntamente com o diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn; o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, deputado Carlos Minc; o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro, André Correia; e o representante da organização não-governamental Greenpeace, Roberto Krishnam.

Em outra reunião, a CI receberá os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, além da presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marília Marreco Cerqueira.

— Precisamos saber quais são os com-

promissos da Petrobras com relação ao meio ambiente porque, até hoje, a empresa funciona sem licenciamento ambiental. O Congresso não pode se furtar de contribuir para esclarecer os acontecimentos — afirmou Marina.

A CI, sob a presidência da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), realizou duas reuniões na manhã de ontem para discutir o requerimento. Na primeira, os senadores Gilvam Borges (PMDB-AP) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) questionaram a autoridade das pessoas listadas pelos senadores do PT. Arlindo Porto (PTB-MG), assim como Mozarildo, não concordava com a convocação do representante do Greenpeace, por ser "contra ingerência internacional em questões internas do Brasil".

Para balancear a proposta, o requerimento original foi ampliado, incluindo, por sugestão de Osmar Dias (PSDB-PR), os ministros e os presidentes do

Ibama e da ANP entre os convocados.

Ainda assim, Mozarildo e Gilvam obtiveram a votação do requerimento antes da Ordem do Dia. Mozarildo retirou-se da reunião e riscou o seu nome do livro de presença, sob protestos de Emilia. Gilvam pediu verificação de *quorum*, o que levou a presidente da CI a convocar nova reunião após a sessão plenária.

— A discussão é fundamental. Não podemos esconder esse desastre ambiental e temos que tirar lições para que isso não venha a se repetir — afirmou o senador Romero Jucá (PSDB-RR), que propôs a realização de duas reuniões separadas.

Retomada a reunião, antes de aprovado o requerimento, o líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), considerou a proposta "racional e equilibrada" e anunciou que o presidente da Petrobras comunicou-lhe que está à disposição do Congresso.

Álvaro alerta para riscos de vender ações da Petrobras

Ao repudiar a decisão do governo de recolocar no mercado 31,82% das ações ordinárias da Petrobras sob controle da União, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) convocou os líderes políticos a refletirem sobre a operação e impedirem que ela ocorra. A venda inicia o processo de privatização da Petrobras e "é predatória ao patrimônio público", argumentou, pelos riscos estratégicos que envolve e pelo preço irrisório que o governo pretende alcançar: cerca de R\$ 7 bilhões.

— Negócios desse tipo dão razão ao senador Pedro Simon, quando ele afirma que o modelo de privatização brasileiro ainda se transformará no maior escândalo nacional — disse.

A proposta do governo já foi aprovada na CCJ e deverá brevemente ser submetida à apreciação da CAE. O governo pre-



Segundo Álvaro Dias, operação "é predatória ao patrimônio público"

tende efetuar a venda através de dois bancos estrangeiros, colocando as ações na Bolsa de Nova York. Para o senador, isso dará às instituições financeiras a coordenação do processo. Justificando a suspensão da venda, Álvaro afirmou que, em todo o mundo, o petróleo continua sendo explorado por empresas estatais, mesmo após as megafusões ocorridas no setor.

Pelos cálculos dele, o governo pretende se desfazer de parte considerável do patrimônio da Petrobras por valor inferior ao que a empresa rende num único ano. A empresa tem capacidade de extração de 1 milhão de barris por dia, a US\$ 27 dólares o barril. "O valor da venda das ações é insignificante diante do patrimônio da empresa, mas o percentual de 31,82% é fundamental sobretudo para o controle acionário. O

governo o manterá, mas fragilizado, correndo riscos", alertou.

Em aparte, Heloísa Helena (PT-AL) considerou que o Senado deveria se dedicar a debater privatizações o tempo todo, não apenas o caso da Petrobras. Ela citou a privatização das hidrelétricas, afirmando que o maior problema do século XXI será o controle sobre fontes de água. Casildo Maldaner (PMDB-SC) levantou a possibilidade de o Estado brasileiro ser obrigado no futuro a encampar empresas que privatizou.

Eduardo Suplicy (PT-SP) argumentou que, ao abrir possibilidades extraordinárias de desnacionalização, o governo pressiona as taxas de desemprego para cima e reduz as oportunidades de crescimento, pois as empresas privatizadas passam a importar mais, pressionando a balança de pagamentos, o que leva ao aumento da taxa de juros e produz efeitos deletérios sobre o emprego e os investimentos produtivos.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Unip*: Menopausa
6h30min — *Debate*: Os senadores Geraldo Althoff e Pedro Piva falam sobre limites de gastos municipais
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: O senador Romeu Tuma fala sobre as novas regras no serviço público
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola: Paisagens Brasileiras* — episódio: *O velho e o novo* — São Luís do Maranhão
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — Sessão Plenária (vivo)
Logo após: CCJ (gravado em 26/01/2000)

14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Entrevista*: O senador Pedro Simon fala sobre os resultados das CPIs
19h — *Cores do Brasil*: Turismo em Alagoas
19h30 — *Debate*: O senador Lúcio Alcântara fala sobre a isenção de IPI para empresas de informática
20h30 — *Entrevista*: O senador Romeu Tuma fala sobre as novas regras no serviço público
21h — *Jornal do Senado*
21h15 — *Brasília viva*: Acervo do Bacen
21h30 — *Consulta Marcada*: Dra. Alice Mochel fala sobre a febre amarela
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo*: Show de Peppino Di Capri
0h — Filme: *Século XVIII: A Colônia Dourada e O Barão*, de Eduardo Escorel; e *Descobrimto do Brasil*, de Humberto Mauro

Greca pede meios para moralizar os bingos

Ministro observa que Congresso permitiu a criação dessa modalidade de jogos em 1992 e a referendou em 1998, mas “não deu condições” de administrá-la. Por isso, ele cobra a regulamentação da atividade

“Venho pedir ao Congresso os meios que me permitam moralizar o setor”, afirmou o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, ao participar de audiência pública, ontem, na comissão mista criada para discutir a Medida Provisória nº 2.011, que institui a taxa do bingo e proíbe o controle de mais de um clube esportivo por uma única empresa. O ministro lembrou que o próprio Congresso permitiu a criação de bingos em 1992 e a referendou em 1998, “mas não deu ao governo condições de administrar essa modalidade de jogo”.

Greca informou aos deputados e senadores que, segundo um estudo do ministério, a regulamentação dos bingos possibilitaria uma arrecadação entre R\$ 50 milhões e R\$ 70 milhões por ano. Para isso, seriam necessárias duas mil casas de bingo em funcionamento pagando taxas de autorização de R\$ 4 mil e R\$ 6 mil, respectivamente, para bingos transitórios e permanentes.

Esses recursos, conforme o ministro, seriam suficientes para dar ao

Instituto Nacional de Desportos (Indesp), que atualmente conta com apenas oito fiscais para todo o Brasil, uma estrutura condizente com suas funções.

ALTERNATIVAS

Rafael Greca admitiu a possibilidade de o Congresso extinguir o sistema de bingos como financiador do desporto. Ele apontou três alternativas para substituir o atual modelo: renúncia fiscal, por meio da Lei Rouanet; recursos do Orçamento; ou elevação das alíquotas da loteria de 4,5% para 9%. O ministro defendeu o dispositivo da MP que proíbe a uma empresa administrar mais de um clube. Greca salientou que o Congresso deve decidir, até o final deste ano, sobre a transformação dos clubes em empresas, conforme determina a Lei Pelé.

A legislação brasileira para o futebol precisa se adaptar aos novos tempos, assinalou o ministro, dada a importância do mercado. Segundo Rafael Greca, a saída é se adequar às normas da Fifa, o que colocaria o Brasil entre os países que possuem re-



Greca (C) na comissão mista: regulamentação possibilitaria arrecadação de até R\$ 70 milhões por ano

gras adequadas às atuais tendências mercadológicas.

O superintendente do Indesp, Augusto Viveiros, que acompanhou o ministro durante a audiência, reve-

lou que em 1998 e 1999 os 12 bingos com autorização para funcionar no Brasil faturaram R\$ 294 milhões. Ele admitiu, no entanto, que só houve recolhimento de imposto de renda

“por espontânea vontade dos empresários”. Isso porque, conforme disse, o instituto não possui “a mínima estrutura” para realizar a fiscalização que lhe compete.

Maguito destaca importância do debate

O relator, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), salientou a importância do debate com o ministro Rafael Greca, promovido ontem pela comissão mista que analisa a MP dos bingos. “Através desses encontros, vou reunindo material que me permitirá escrever um relatório com o rosto do esporte brasileiro”, afirmou.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) manifestou preocupação com o fato de a medida provisória misturar taxa de bingo com futebol. Também alertou para a possibilidade de grupos econômicos estrangeiros controlarem clubes brasileiros. “Espero que o governo mostre que o futebol deste país não está sujeito à influência externa”, disse. O senador Lomar Quintanilha (PPB-TO) também ponderou que a convivência entre jogo e esporte pode trazer complicações.

Durante o debate com o ministro, Cabral também esclareceu que a medida provisória, cuja validade vence amanhã, poderá ser reeditada sem prejuízo para a cobrança ainda este ano das taxas de funcionamento dos bingos. Ele disse que o princípio da anualidade, que só permite a cobrança de impostos no ano seguinte ao da lei que o instituiu, não se aplica ao caso, por se tratar da criação de uma taxa, e não de imposto.

Na segunda parte do reunião foi aprovada a pauta de trabalho. Para o dia 3 de fevereiro, está marcada audiência

pública com o procurador público Luís França. No dia 10, será a vez do presidente da CBF, Ricardo Teixeira.

A comissão vai estabelecer contato com um representante do Clube dos 13, que reúne os principais clubes do país, para marcar uma audiência. Também serão convidados a comparecer à comissão os três últimos ministros do Esporte — Pelé, Bernard Razjman e Zico.

Ministro abre sigilo bancário

O ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, comunicou aos membros da comissão mista que analisa a medida provisória que institui a taxa de autorização para bingos que decidiu formalizar à Justiça a quebra de seu sigilo bancário e telefônico. Ele acrescentou que o mesmo procedimento foi tomado em relação ao Instituto Farol do Saber, presidido por sua mulher, e aos funcionários mais graduados do Ministério do Esporte e Turismo.



Bello Parga, ao entregar relatório ao procurador, cumpriu o último ato como presidente da CPI

Parga entrega relatório da CPI dos Bancos a Brindeiro

O senador Bello Parga (PFL-MA) comunicou ao plenário ontem a entrega oficial do relatório da CPI do Sistema Financeiro ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, durante sua visita ao Senado, na quarta-feira.

De acordo com o parlamentar, a intenção da presidência da CPI era levar o relatório ao procurador, mas, como Brindeiro estava em férias, o encontro não foi agendado. Bello Parga aproveitou, então, sua visita ao Senado para fazer a entrega formal do documento, “último ato oficial da presidência da comissão”.

Marina Silva denuncia confinamento de pataxós

A senadora Marina Silva (PT-AC) informou em plenário ontem que cerca de 2 mil índios pataxós estão confinados em suas próprias terras, acudados por pistoleiros e policiais militares da Bahia, sofrendo constrangimento, insultos, humilhações e até agressões físicas. Ela comunicou que recebeu na manhã de ontem uma comitiva da comunidade indígena, acompanhados do líder macuxi, José Adalberto, de Roraima, que veio buscar apoio e exigir providências para resolver o problema.

Na noite de 17 de novembro passado, segundo informou Marina Silva, os pataxós tiveram sua aldeia invadida por 400 homens armados da Polícia Militar. Dois policiais foram mortos em condições ainda não esclarecidas. Desde então, prosseguiu a senadora em seu relato, liderados por um grande proprietário rural local, pistoleiros e a polícia estão em campanha pela expulsão dos pataxós de suas terras.

Marina Silva registrou que, apesar de a Funai já ter identificado e demarcado as terras dos índios pataxós e tentado serenar os ânimos na região, estão faltando condições para a solução do problema. No entendimento da senadora, falta o pagamento das

indenizações aos fazendeiros e chacareiros pelas benfeitorias efetuadas nas terras indígenas, que o governo estadual distribuiu ilegalmente a não-índios há alguns anos.

SEM-TETO

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou sua solidariedade aos índios pataxós e comparou a situação deles com a dos sem-teto em São Paulo. Ele informou que, na Rua Líbero Badaró, o prédio do Banco Nacional (que está sob liquidação do Banco Central) foi ocupado por 80 famílias do Movimento pela Moradia, numa tentativa de diálogo com a Caixa Econômica Federal, o governo do estado e o Banco Central.

Suplicy comunicou que, enquanto ele fazia o pronunciamento em plenário, na manhã de ontem, dezenas de tropas de choque da Polícia Militar de São Paulo estavam invadindo o prédio para desocupá-lo, usando inclusive bombas de gás lacrimogêneo. Ele esclareceu que momentos antes da invasão tinha conversado com o secretário estadual de Habitação em busca de um entendimento, já que os invasores haviam anunciado que desocupariam o prédio pacificamente se o governador Mário Covas assegurasse um abrigo para as famílias.